

ESTRATÉGIA ALTERNATIVA PARA A CRISE NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA: O ESTABELECIMENTO DE UMA FORÇA AFRICANA PERMANENTE DE PAZ

Josias Marcos de Resende Silva¹

Introdução

Desde sua independência da França, em 1960, a República Centro-Africana (RCA) foi vista como um Estado falido. Uma série de golpes e contragolpes afetou gravemente a política e a frágil economia do país nas últimas seis décadas. Em 2013, a crise na República Centro-Africana piorou significativamente após um golpe liderado por grupos rebeldes muçulmanos, chamados Séléka, que compõe a minoria no Estado. Milícias cristãs, também conhecidas como anti-Balaka, retaliaram. A disputa por território e poder entre os dois grupos contribuiu para o caos humanitário encontrado hoje na RCA. De acordo com Arieff (2014, 28), em meados de janeiro de 2014, cerca de 900.000 pessoas (quase uma em cada cinco) haviam sido deslocadas internamente, enquanto outras 86.000 haviam fugido para países vizinhos como refugiados. Além disso, as agências da Organização das Nações Unidas (ONU) estimam que 2,6 milhões de pessoas, ou metade da população, precisam de ajuda humanitária e que 60% das famílias não possuem estoques de alimentos disponíveis.

Como resultado da pressão internacional o presidente Michel Djotodia, líder dos Séléka, decidiu renunciar em janeiro de 2014. A cristã Catherine Samba-Panza, empresária e ex-prefeita da capital Bangui, foi escolhida como presidente interina para chefiar um governo de transição no país. Devido à situação catastrófica na RCA, o Conselho de Segurança autorizou, em 10 de abril de 2014, a instalação de uma operação de paz multidimensional das

¹ Universidade Militar Americana, Charles Town, EUA. E-mail: dojosias@gmail.com.

Nações Unidas (MINUSCA²), substituindo a missão temporária liderada pela União Africana (MISCA³), esta apoiada por tropas francesas. A maior prioridade da MINUSCA é a proteção dos civis. Suas outras tarefas incluem dar suporte ao processo de transição; facilitar a assistência humanitária; promover e proteger os direitos humanos; apoiar a justiça e o estado de direito; além de viabilizar processos de desarmamento, desmobilização, reintegração e repatriação (UN 2018).

Segundo as Nações Unidas (2018), um dos principais objetivos da MINUSCA, durante a fase inicial de sua implantação, era proporcionar um ambiente seguro, essencial para o progresso da missão em outras áreas. Neste ambiente hostil, a MINUSCA precisa adotar estratégias inovadoras para conter o conflito em sua origem. Assim, com o objetivo de incluir ideias não ocidentais num processo de resolução de conflitos e tirar proveito de semelhanças culturais regionais, o estabelecimento de uma força africana permanente de manutenção da paz, como um braço da União Africana e sob o controle da MINUSCA, aumenta as hipóteses de sucesso da operação multidimensional de manutenção da paz na República Centro-Africana?

O objetivo deste ensaio é examinar um novo conceito para a estruturação de forças de manutenção da paz na África, particularmente na República Centro-Africana. Estratégias tradicionais têm sido usadas em operações de manutenção da paz no continente, muitas delas sem sucesso. A República Centro-Africana está imersa em uma grave crise humanitária, que se agravou nos últimos anos. Grupos militantes violentos, alguns apoiados pelos governos dos Estados vizinhos, atacam não só uns aos outros, como também a população civil na tentativa de controlar o território e aumentar seu poder. Com base no contexto da RCA, este artigo analisará se uma força africana permanente de manutenção da paz, como um ramo da União Africana, seria melhor treinada, remunerada e mais imparcial do que os contingentes multinacionais implantados hoje na África.

O Conflito na República Centro-Africana

Arieff examina os antecedentes da evolução da crise política, securitária e humanitária na RCA. Ele enfatiza que a religião não é a principal causa do conflito e que líderes religiosos locais têm trabalhado pela paz e

2 Sigla do francês, *Mission Multidimensionnelle Intégrée des Nations Unies pour la Stabilisation en République Centrafricaine*.

3 Sigla do francês, *Mission Internationale de Soutien à la Centrafrique sous Conduite Africaine*.

reconciliação durante a crise. As raízes do conflito são as disputas intercomunitárias sobre o acesso a recursos, o controle sobre o comércio e a identidade nacional. Além disso, a competição por terra tem alimentado atritos entre pastores, que são majoritariamente muçulmanos, e agricultores, dos quais são, em sua maioria, cristãos ou seguidores de religiões nativas (Arieff 2014, 35). Segundo Arieff, alguns atores externos merecem atenção especial. A Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) tentou desempenhar um papel proeminente na RAC, mediando acordos de paz, mobilizando tropas pacificadoras e influenciando a seleção da liderança política do RAC. No entanto, as rivalidades regionais e a falta de conhecimentos enfraqueceram os esforços da CEEAC (Arieff 2014, 37). Outro ator relevante é o presidente do Chade, Idriss Déby. Ele apoiou o ex-presidente Bozizé para alcançar o poder na RCA. Contudo, quando ele ficou insatisfeito com Bozizé, ele permitiu que o Séléka tomasse o poder e derrubasse o presidente. Arieff afirma que a influência do presidente do Chade na política do RCA tem contribuído constantemente para a tensão entre muçulmanos e cristãos. Finalmente, a África do Sul começou a cultivar laços crescentes com o governo de Bozizé em 2012. A intenção da África do Sul era aumentar sua influência na África francófona, o que desafiou os interesses franceses e chadianos (Arieff 2012, 38).

Entre os atores internos, Arieff analisa o conflito a partir de uma perspectiva étnica, com especial atenção ao papel dos grupos Séléka (atualmente ex-Séléka) e anti-Balaka. Ele enfatiza que houve de fato uma ocupação estrangeira na RCA, já que muitos combatentes do Séléka vêm do Chade e do Sudão. Esta informação, no entanto, é difícil de avaliar, dada a distribuição inconsistente de documentos de identificação entre a população em geral. Além disso, o termo estrangeiro é frequentemente usado por sulistas e não-muçulmanos para se referir a grupos étnicos nordestinos com laços familiares transfronteiriços (Arieff 2014, 33). Assim, embora exista uma presença relevante de estrangeiros no conflito, especialmente dentro dos grupos do Séléka, é impossível definir o número exato de não nacionais. Por outro lado, os grupos anti-Balaka parecem ser integrados por ex-oficiais militares. Arieff afirma que o ex-presidente Bozizé (um cristão evangélico) deve estar apoiando-os de seu exílio, devido às sofisticadas capacidades militares dos grupos anti-Balaka (Arieff 2014, 34).

Sibbald concorda com Arieff em relação à origem não religiosa do conflito na RCA. Ela analisa o conflito de uma perspectiva humanitária e relata o trabalho dos Médicos Sem Fronteiras (MSF) no país. Sibbald afirma que “as queixas do povo muçulmano são políticas e econômicas, não religiosas, mas a luta cada vez mais toma um tom sectário desde o golpe de Estado

em março de 2013” (Sibbald 2014, 336). Ela explica que cerca de 80% da população da RCA é cristã. A população muçulmana está concentrada na fronteira marginalizada ao norte, perto do Sudão e do Chade. Ela também enfatiza as terríveis condições sanitárias da capital, Bangui, na qual 100.000 cristãos (cerca de 25% da população local) moravam no aeroporto de Mpoko com menos de quatro litros de água ao dia por pessoa.

Embora o foco da comunidade internacional tenha sido a capital Bangui, o International Crisis Group (ICG) chama a atenção para os confrontos nas áreas rurais, que estão criando um “conflito dentro do conflito”. A luta entre ex-Séléka e milicianos anti-Balaka levou a um combate frequente entre comunidades pastoris e agrícolas desde 2013. O ICG descreve detalhadamente a formação dos vários grupos inter-comunais e as raízes do conflito desde a independência da RCA. Segundo o ICG (2015, 4), o gado é um importante capital econômico e, há muito tempo, é a fonte de riqueza e a causa de violência. A exploração de pastores por parte do exército da RCA nos últimos vinte anos contribuiu para o seu empobrecimento e maior militarização. Durante esse período, seus rebanhos diminuíram drasticamente, como resultado da insegurança, inflação e aumento do tamanho das famílias. Desde o início da guerra, muitos pastores foram forçados a se refugiar em outros países ou em outras regiões da RCA, causando o colapso do setor pecuário e a radicalização de alguns grupos pastoris. O ICG enfatiza que a relação entre os ex-grupos de Séléka e os pastores muda de acordo com a região e o grupo social. Enquanto alguns pastores são submetidos à extorsão pelo ex-Séléka, os pastores árabes que vieram do Chade na década de 1980 têm um bom relacionamento com ex-combatentes do Séléka (ICG 2015, 6). O ICG também explica diferentes estratégias dos ex-Séléka e dos anti-Balaka para controlar o território. Os grupos anti-Balaka muitas vezes tentam controlar partes das estradas para que possam cobrar impostos informais e roubar mercadorias. Por outro lado, grupos ex-Séléka assumem toda a administração de cidades e até mesmo arbitram disputas entre agricultores e pastores. Esta apropriação de funções tradicionais por combatentes da ex-Séléka levou ao colapso da prática tradicional de buscar acordos informais e assentamentos amigáveis, os quais mantiveram certa coesão social nas partes ao norte do país. A participação desses milicianos neste processo afetou a estratégia das ONGs de revitalizar os comitês tradicionais de mediação e restaurar os laços sociais entre agricultores e pastores (ICG 2015, 7).

O Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IIEE) também examina o contexto do conflito na RCA e alguns de seus principais atores, particularmente a França. O IIEE explica que, arruinada pelo golpe e pelo contragolpe, a República Centro-Africana foi governada principalmente

por líderes militares desde sua independência da França em 1960. Devido à turbulência política do país e a segurança instável, sua economia nunca melhorou. A situação humanitária e a violência pioraram significativamente desde o último golpe em 2013, o que levou a ONU e a UA a implementarem a MINUSCA em 2014.

A presença das Nações Unidas na República Centro-Africana

As operações de manutenção da paz provaram ser essenciais para a redução de conflitos em todo o mundo. Com base em um estudo estatístico, Hegre, Hultman e Nygard afirmam que as operações de manutenção da paz com um orçamento anual alto (US\$ 500 milhões ou mais) diminuem o risco de grandes conflitos em 80%. As operações de orçamento anual altas incluem a MINUSCA, que tinha um orçamento de US\$ 882 milhões para o ano 2017-18. Eles também afirmam que a África Oriental, Central e Austral são algumas das regiões onde as operações de manutenção da paz têm o efeito mais forte. Nessas regiões africanas, mandatos fortes como o da MINUSCA reduzem a incidência prevista de grandes conflitos nos países de cerca de 8% para cerca de 3%, correspondendo na diminuição de mais de dois conflitos por ano (Hegre, Hultman e Nygard 2013, 24).

De acordo com as Nações Unidas (2018), a MINUSCA é uma das maiores operações de manutenção da paz no mundo. A MINUSCA foi implementada sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o que significa que o Conselho de Segurança autoriza a MINUSCA a tomar todos os meios necessários para cumprir seu mandato, dentro de suas capacidades e suas áreas de implementação. Ela é composta por 12.870 militares, incluindo 480 observadores e 276 oficiais de Estado, bem como 2.080 policiais, com 1.572 membros da unidade policial formados, 400 policiais individuais e 108 agentes penitenciários. Países africanos e asiáticos, como Ruanda, Egito, Camarões, Senegal, Paquistão e Bangladesh, são os principais contribuintes de tropas ou policiais na MINUSCA, que pode ser considerada uma das mais perigosas operações de paz da ONU, totalizando 75 mortes por missão de manutenção da paz.

Embora as estatísticas mostrem que as operações de paz com um forte mandato afetam significativamente o risco de grandes conflitos na região da África Central, a MINUSCA está longe de ser eficaz. Barbosa, um ex-Observador Militar (MILOBS) na RCA de 2014-15, afirma que a maioria dos

países que contribuem com tropas na MINUSCA tem interesses nacionais na região. Camarões e República Democrática do Congo (RDC) têm fronteiras permeáveis com o país e possuem populações nômades ingressando no território da RCA. A operação SANGARIS, que foi conduzida pela França dentro da RCA, tinha seu próprio mandato e apenas defendia os interesses franceses na região. Ademais, as tropas do Chade foram retiradas da RCA porque claramente tomaram partido no conflito, afetando a imparcialidade e a credibilidade da MINUSCA. Outros fatores que contribuem para a ineficácia da MINUSCA são a falta de ação no nível político, a fragmentação dos grupos rebeldes, o número insuficiente de soldados da ONU, o baixo nível de treinamento de tropas e a recusa de algumas tropas em assumir riscos. Barbosa também ressalta as péssimas condições das tropas africanas na RCA, que não recebem seus salários mensalmente de maneira efetiva, apesar de as Nações Unidas pagarem adequadamente os países africanos (Barbosa 2015). Ainda mais graves são as consequências da falta de profissionalismo e integridade das tropas africanas que fazem parte da MINUSCA. Segundo o Conselho de Segurança das Nações Unidas (2014), soldados do Burundi, do Chade, da RDC e do Gabão na MISCA / MINUSCA foram responsáveis por 21 violações de direitos humanos de dezembro de 2013 a agosto de 2014, como tortura, assassinato e até a morte de pessoas pertencentes a um grupo cristão. Por outro lado, nesse mesmo período, o número de mortes de civis caiu de 1.212 para 7 por mês (Painel de Especialistas 2014), o que prova que a operação de manutenção da paz na RCA é altamente necessária.

O emprego de forças regionais de manutenção da paz

O neocolonialismo, que dividiu a África em colônias sem considerar os grupos étnicos existentes, contribuiu para a contenção de diferentes povos, culturas e religiões dentro do mesmo Estado. Um grande número de conflitos estourou nos Estados africanos como resultado das disputas entre esses grupos étnicos pelos recursos básicos, em um continente atormentado pela pobreza. Na RCA, as disputas intercomunitárias (existentes desde a independência do país) evoluíram para um conflito sangrento entre as milícias armadas. Após várias tentativas de resolver o conflito pela comunidade internacional, as estratégias tradicionais de manutenção da paz se mostraram ineficazes. Neste ambiente complexo e violento, em que as tropas da ONU não conseguiram cumprir plenamente sua missão, o emprego de uma força africana permanente de manutenção da paz aparece como uma alternativa.

Uma teoria conveniente para o caso em questão, útil e fornece o suporte teórico para a designação de forças de intervenção regional, se encontra no livro do cientista político Samuel Huntington: “O choque de civilizações?”. De acordo com Huntington (1993, 24), uma civilização é “o maior agrupamento cultural de pessoas e o mais amplo nível de identidade cultural possuem e que distingue os humanos das outras espécies”. Além disso, ele explica que diferentes civilizações têm visões diferentes sobre religião, o papel do Estado, cidadãos, mulheres, filhos, casamento, direitos, autoridade, etc. Baseado nesses parâmetros, Huntington divide o mundo em oito grandes civilizações: ocidental, confucionista, japonesa, islâmica, hindu, eslavo-ortodoxa, latino-americana e, possivelmente, africana (Huntington 1993, 25). Ele também afirma que grandes conflitos provavelmente acontecerão entre duas civilizações diferentes e o regionalismo só poderá ter sucesso dentro da mesma civilização. Por essa razão, de acordo com a teoria de Huntington, as forças de intervenção regionais provavelmente teriam sucesso em operações de imposição da paz, em vez de forças de intervenção não regionais.

Em março de 2000, uma série de fatores, incluindo os grandes fracassos das Nações Unidas na década de 1990, a nova demanda por operações de paz e o quase colapso da missão da ONU na Serra Leoa, levaram o secretário-geral da ONU a criar um Painel sobre o assunto “Operações de paz das Nações Unidas”, presidido pelo ex-ministro das Relações Exteriores argelino, Lakhdar Brahimi (Bellamy, Williams, e Griffin 2010, 129). Em setembro de 2000, como resultado do painel, o Relatório Brahimi fez várias recomendações para promover uma melhor gestão das operações de paz. Entre as recomendações, o relatório destacou que o componente militar de uma operação de paz deve ser robusto o suficiente para se defender efetivamente e proteger os civis sob seus cuidados. Alguns anos mais tarde, como resultado da Cúpula Mundial de 2005, os Estados membros endossaram o princípio da responsabilidade de proteger (R2P), o qual afirma que a comunidade internacional deve intervir quando os Estados anfitriões são incapazes de evitar abusos violentos aos direitos humanos.

Além disso, motivada principalmente por sua incapacidade de prevenir o genocídio em Ruanda e Srebrenica (Bósnia) em meados da década de 1990, a ONU percebeu que deveria estar preparada para realizar uma manutenção da paz mais robusta ou de grande envergadura (Ucko e Berdal 2015, 7). Por essa razão, ultimamente, a ONU emitiu mandatos sob o Capítulo VII da Carta da ONU, permitindo o uso de todos os meios necessários com o objetivo principal de proteger civis, incluindo uma força de intervenção militar em alguns casos (Bellamy 2014, 55).

Nas últimas duas décadas, portanto, as operações de paz sofreram mudanças significativas. Apesar das operações tradicionais de manutenção da paz tenham ocorrido com frequência em um contexto de conflito interestatal, as operações mais recentes foram implementadas para resolver conflitos em um ambiente de guerra civil. Esse novo conceito de operação de manutenção da paz, também chamado de multidimensional ou complexo, além dos componentes militar e policial, inclui atividades relacionadas aos direitos humanos, proteção de civis, refugiados, desmobilização e reintegração de combatentes e desenvolvimento (Aguilar 2015, 254). Ao contrário das missões tradicionais da ONU, Aguilar afirma que as atuais operações de paz só têm a segurança como parte do processo de paz. Ele aponta como sendo os principais fatores para essa mudança, a ocorrência frequente de guerras civis, nas quais o princípio do consenso não se aplica aos Estados envolvidos, mas a todas as partes no conflito (Aguilar 2015, 255). Nesse tipo de conflito, que geralmente ocorre em Estados falidos, a população civil é a maior vítima.

Nesse cenário, Aguilar defende o uso de forças de intervenção regional em vez de forças de intervenção não regional nas operações de paz, especialmente as do Capítulo VII da Carta da ONU, como a MINUSCA. O autor afirma que os fatores que contribuem para essa nova tendência são a busca por maior participação regional, redução de custos e a crescente importância das organizações regionais. Ele também observa que, das 50 operações de paz em 2011, as organizações e instituições regionais foram responsáveis por 20 (Aguilar 2015, 264). Outra tendência importante, segundo Aguilar, é o maior número de operações de paz realizadas pelo sul. A quantidade relevante de operações de paz em África ajuda a explicar este fenômeno, assim como o forte envolvimento da União Africana no continente (Aguilar 2015). No Congo, a recém-criada Brigada de Intervenção da Força (FIB), formada por tropas regionais, venceu vários confrontos militares, ajudando o exército nacional a retomar parte do território congolês e a combater o M23 e todos os outros grupos armados que violam os direitos humanos (Aguilar 2015, 264).

No que diz respeito à situação na RDC, Doss explica que, no final de 2012, uma força rebelde capturou a capital da província de Kivu do Norte e, no leste do Congo, a cidade de Goma. Incrivelmente, este evento ocorreu em um Estado onde havia a presença da maior força de paz já implantada em uma zona de conflito. Por essa razão, Doss afirma que a queda de Goma fez as Nações Unidas se perguntarem sobre os métodos de resolução de conflitos empregados nas operações de paz (Doss 2014, 703). A ONU então decidiu que a operação no Congo, MONUC⁴, seria renomeada MONUSCO⁵, para

4 Sigla do francês, *Mission de l'Organisation des Nations Unies en République Démocratique du Congo*.

5 Sigla do francês, *Mission de l'Organisation des Nations Unies pour la Stabilisation en République Démocratique du Congo*.

caracterizar uma nova fase da missão. Alguns eventos trágicos provocaram a mudança de comportamento da ONU. Entre eles, Doss afirma que um dos problemas mais sérios enfrentados pela MONUC, em 2010, foi o horrendo estupro em massa em Kivu do Norte. A lenta resposta da MONUC resultou em severas críticas da comunidade internacional em relação à operação da ONU. Pior do que o estupro em massa, Doss afirma que o motim liderado pelo grupo rebelde M23 em 2012 causou uma discussão em todo o mundo sobre o assunto. Ele explica que as ações do M23 rapidamente superaram o exército nacional congolês, que culminou com a queda de Goma (Doss 2014, 726). Com uma nova estratégia, o Conselho de Segurança autorizou, em caráter excepcional e sem prejuízo aos princípios acordados de manutenção da paz, a instalação de uma brigada de intervenção regional, também conhecida como a Brigada de Intervenção de Força (FIB). A brigada é incumbida de um mandato ofensivo e encarregada de neutralizar grupos armados. É composto por três batalhões de infantaria, uma artilharia e uma Força Especial e a Empresa de Reconhecimento. Um detalhe importante é que a brigada é composta apenas por tropas de nações africanas, operando sob a ordem direta do Comandante da Força.

Vitórias substanciais do FIB, que conseguiram desalojar o notório M23 de cidades como Kibumba, Rumangabo e Rutshuru em apenas quatro dias (25-28 de outubro de 2013), trouxeram uma sensação de triunfo e confiança para muitos, já que ninguém havia previsto a derrota dos rebeldes. Em pouquíssimo tempo, já havia provas contundentes de que as ameaças existenciais na região tinham sido drasticamente reduzidas (Namangale 2014, 81), provando os benefícios de uma força regional no contexto de uma operação de manutenção da paz.

Arredondo concorda com Aguilar sobre a tendência ao regionalismo nas operações de paz, expressando o ponto de vista latino-americano. Segundo ele, a América Latina demonstra forte apoio ao princípio da não-intervenção nos assuntos internos e uma clara relutância em apoiar qualquer tipo de intervenção estrangeira, especialmente dos Estados ocidentais. Arredondo explica que essa relutância se deve a razões históricas, principalmente como consequência das intervenções americanas ao longo do século XX (Arredondo 2014, 277). Por essa razão, ele aprova a estratégia usada na missão da ONU no Haiti (MINUSTAH⁶), composta principalmente por uma força de paz regional, sob a liderança de outra nação latino-americana, o Brasil. A MINUSTAH concluiu com sucesso suas operações militares no Haiti em 2017, após aproximadamente 13 anos no país caribenho. Por outro lado, Arre-

6 Sigla do francês, *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti*.

dondo critica a participação de nações ocidentais, através da OTAN, na Líbia. Ele explica que a Resolução de 1973 contou com o apoio da Liga Árabe e da União Africana, o que lhe deu uma legitimidade inquestionável a princípio. A resolução estabeleceu uma zona de exclusão aérea e embargo naval à Líbia, além de autorizar que a força de intervenção a tomasse todas as medidas necessárias para proteger os civis, mas excluiu expressamente a possibilidade de ocupação estrangeira de qualquer parte do território líbio. Arredondo enfatiza que estas condições “foram violadas” pela OTAN, transformando o mandato numa operação de mudança de regime e minando o princípio da R2P (Arredondo 2014, 285).

Diehl defende o uso de forças regionais de manutenção da paz argumentando que estas possuem a vantagem de alcançar um maior consenso nos Estados membros, maior apoio dos disputantes, maior controle sobre os Estados de terceiros e maiores chances de resolução de conflitos (Diehl 1994, 122). Isso acontece porque os Estados da mesma região geralmente têm o mesmo nível de desenvolvimento, sistemas políticos semelhantes e compartilham raízes históricas, étnicas ou tribais. No entanto, uma série de fatores impede que as tropas africanas sejam efetivas. Assim, as forças de manutenção da paz na África precisam de mudanças estruturais para melhorar sua capacidade, profissionalismo e eficácia. O autor também defende o emprego de uma força de paz permanente da ONU, afirmando que essas unidades receberão melhor treinamento, se mobilizarão mais rapidamente para uma zona de conflito, terão mais experiência em operações de paz e evitarão a falta de vontade de alguns países em apoiar uma missão específica da ONU. Diehl considera tanto o uso de forças regionais quanto a existência de uma força permanente de manutenção da paz da ONU como estratégias alternativas para as operações de paz (Diehl 1994, 165).

Barbosa argumenta que, em um cenário em que uma força permanente de paz africana fosse paga, equipada, adequadamente supervisionada e treinada com o apoio da comunidade internacional, provavelmente haveria um aumento em sua eficiência. Esta força permanente de manutenção da paz africana permitiria uma implementação mais rápida nos eventos de violações graves, reduziria os problemas logísticos e proporcionaria uma mudança de mentalidade a longo prazo, além de treinamento para as tropas (Barbosa 2015). Contudo, no caso de um conflito intraestatal, é desejável que os Estados que contribuem para a força de intervenção regional não compartilhem fronteiras com os disputantes. Ademais, a relação histórica entre os Estados em uma organização regional precisa ser observada. Por exemplo, uma força regional liderada pelos EUA no âmbito da OEA pode atender aos interesses

dos EUA e terá menos legitimidade do que uma força da ONU na América Latina (Diehl 1994, 122).

A literatura existente, portanto, aborda as raízes e a escalada do conflito na RCA. Os autores concordam que uma disputa pelos recursos básicos tomou um tom sectário e se transformou em um sério conflito étnico envolvendo milícias violentas em um Estado falido. Mesmo após a implementação da MISCA, liderada pela UA, seguida pelo estabelecimento da MINUSCA, liderada pela ONU, o conflito não parou. Forças regionais de manutenção da paz surgiram como uma opção válida em operações complexas de paz da ONU, provando ser ferramentas eficazes para conter conflitos e estabilizar regiões problemáticas. No entanto, tropas regionais atualmente instaladas na RCA carecem de melhores salários, treinamento e motivação, principalmente porque seus países fazem mau uso dos recursos da ONU. Assim, a fim de conter o conflito em curso na RCA, a criação e o envio de uma força africana permanente de manutenção da paz, enquanto ramo da UA, surge como uma estratégia alternativa.

Conclusões

Depois de examinar pesquisas acadêmicas e uma entrevista com os MILOBS brasileiros na República Centro-Africana, é possível verificar que o estabelecimento de uma força de paz africana permanente, como um braço da União Africana e sob o controle da MINUSCA, aumenta as chances de sucesso da operação multidimensional de manutenção da paz na República Centro-Africana. A atual organização militar da MINUSCA, envolvendo contingentes nacionais de vários países, em sua maioria africana, enfrenta sérios problemas estruturais e contribui para a ineficácia da missão da ONU na RCA.

A combinação das estratégias alternativas de Diehl (o estabelecimento de uma força de paz permanente da ONU e operações de paz conduzidas por organizações regionais) ofereceu um sólido argumento para a contenção do conflito na República Centro-Africana, que é o estabelecimento de uma força africana permanente de manutenção da paz. Isto forneceu explicações para entender os benefícios de uma força permanente de manutenção da paz da ONU, concentrada apenas nas operações de paz. Além disto, o trabalho descreveu as vantagens do emprego das forças regionais nos conflitos e as razões pelas quais essas forças têm maior probabilidade de sucesso nas operações de paz.

Como resultado, é possível concluir que as tropas africanas na MINUSCA não são eficazes para conter o conflito na RCA. Obstáculos, como baixo nível de treinamento, recusa em assumir riscos, más condições, parcialidade e violação dos direitos humanos, impedem que o atual contingente africano atinja o alto padrão necessário para o sucesso da MINUSCA. A maioria desses problemas são consequências diretas de condições econômicas e sociais ruins associadas a políticas nacionais nos países que contribuem com tropas. Considerando este contexto, uma força africana permanente de manutenção da paz, como um ramo da União Africana e sob o controle da MINUSCA, torna-se uma proposta viável na RCA. Uma tropa multinacional africana seria melhor paga e equipada porque os recursos não passariam pelos governos nacionais. Além disso, as tropas seriam mais imparciais, já que não representariam seus países, mas apenas a UA. Finalmente, o nível de treinamento seria melhorado, pois esta tropa africana permanente seria especialmente preparada e moldada para missões de manutenção da paz. Portanto, há evidências de que uma força de paz africana permanente configuraria uma tropa mais apropriada para apoiar os esforços de paz na RCA.

Este estudo não esgota o conhecimento sobre estratégias alternativas para a eficácia da MINUSCA, o estabelecimento de uma força de paz permanente da ONU e operações de paz conduzidas por organizações regionais. A ONU nunca teve a sua própria força militar permanente, assim como a UA. Desta forma, mais estudos sobre a viabilidade de tal força militar, sua estrutura, emprego e aceitabilidade pelos Estados nacionais complementaríamos eficientemente este artigo.

REFERÊNCIAS

- Aguilar, Sérgio Luiz Cruz. 2015. "Operações de Paz: novos mandatos e suas implicações para os países contribuintes com tropas. (Portuguese)." *História e Cultura* 4, no. 1: 254-276. Directory of Open Access Journals.
- Arief, Alexis. 2014. "Crisis in the Central African Republic." *Current Politics and Economics of Africa* 7, no. 1: 27-46. <http://search.proquest.com/docview/1622616796?accountid=8289>.
- Arredondo, Ricardo. 2014. "La Responsabilidad de Proteger: la Perspectiva Latinoamericana. (Spanish)." *Araucaria* 16, no. 32. Directory of Open Access Journals.
- Barbosa, K. 2015. Interviewed by Silva, Josias. Rio de Janeiro. August 18.

- Bellamy, Alex J., Paul D. Williams, and Stuart Griffin. 2010. *Understanding Peacekeeping*. 2nd ed. Cambridge: Polity Press.
- Diehl, Paul F. 1994. *International Peacekeeping*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.
- Doss, Alan. 2014. "In the Footsteps of Dr. Bunche: The Congo, UN Peacekeeping, and the Use of Force." *Journal of Strategic Studies* 37, no. 5. <http://www.tandfonline.com.ezproxy1.apus.edu/doi/abs/10.1080/01402390.2014.908284#VTbTtebF-So>.
- Hegre, Havard, Lisa Hultman, and Havard Nygard. 2013. "Evaluating the conflict-reducing effect of UN peacekeeping operations." *Centre for the Study of Civil War*. https://havardhegre.files.wordpress.com/2013/10/pko_prediction_2012.pdf
- Huntington, Samuel P. 1993. "The Clash of Civilizations?" *Foreign Affairs* 72, no. 3: 22-49. Proquest Military Collection.
- International Crisis Group. 2015. "The Central African Republic's Hidden Conflict." <http://www.crisisgroup.org/~media/Files/africa/central-africa/central-african-republic/b105-la-face-cachee-du-conflict-centrafricain-english.pdf>
- Namangale, Clement. 2014. "Dynamics of Conflict Management in the Democratic Republic of the Congo." *PRISM Security Studies Journal* 5, no. 2: 73-83. International Security & Counter Terrorism Reference Center, EBSCOhost.
- Sibbald, Barbara. 2014. "Address extreme violence in Central African Republic now: MSF." *Canadian Medical Association Journal* 186, no. 5: 335-336. <http://search.proquest.com/docview/1522776083?accountid=8289>.
- The International Institute for Strategic Studies. 2013. "Central African Republic: Instability and Intervention." *Strategic Comments* 19, no. 9. <http://www.tandfonline.com.ezproxy2.apus.edu/doi/pdf/10.1080/13567888.2013.877693>
- Ucko, David, and Mats Berdal. 2015. "The Use of Force in Peacekeeping Operations." *The Rusi Journal* 160, no. 1. <http://www.tandfonline.com.ezproxy2.apus.edu/doi/abs/10.1080/03071847.2015.1016718#VTbJU-bF-So>.
- United Nations, 2018. "United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic." <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minusca/>
- United Nations Security Council. 2014. "Panel of Experts on the Central African Republic." <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/N1453897.pdf>

RESUMO

Em 2013, após o golpe liderado pelo Séléka, grupos rebeldes muçulmanos, as milícias cristãs, também conhecidas como anti-Balaka, decidiram retaliar. Esta disputa violenta deteriorou as condições já desfavorecidas na República Centro-Africana (RCA). Embora a Organização das Nações Unidas (ONU) tenha estabelecido uma missão multidimensional de manutenção da paz na RCA, a MINUSCA não foi eficaz para conter o conflito e evitar uma crise humanitária. Assim, este artigo examina um novo conceito para a estruturação de forças de manutenção da paz na África, particularmente na República Centro-Africana, que é o estabelecimento de uma força africana permanente de manutenção da paz. Após prévia pesquisa bibliográfica e uma entrevista com um observador militar brasileiro, que trabalhou na RCA, foi possível verificar que os contingentes militares nacionais que integram a MINUSCA enfrentam graves problemas, como baixo nível de treinamento de tropas, salários atrasados, parcialidade e até mesmo a violação dos direitos humanos da população civil, minando a credibilidade da ONU no país. A fim de melhorar a eficácia da força militar na RCA, uma força africana permanente de manutenção da paz, como um ramo da União Africana (UA) e sob o controle da MINUSCA, parece atender maiores chances de sucesso, já que esta tropa seria mais imparcial, melhor remunerada e especificamente treinada para as operações de paz.

PALAVRAS-CHAVE

Força Africana Permanente de Paz; União Africana; Nações Unidas; MINUSCA.

Recebido em 19 de setembro de 2018.

Aprovado em 11 de janeiro de 2019.

Traduzido por Luana de Meneses Borba.